

## **Liberdade política e formação do mundo comum a partir do pensamento de Hannah Arendt**

*Political freedom and development of the common world from the thought of Hannah Arendt*

Lucas Barreto Dias<sup>1</sup>  
Débora dos Santos Góis<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo apresenta uma reflexão a partir do pensamento de Hannah Arendt sobre a liberdade em seu sentido político, de forma a compreendermos a moderna existência da humanidade em um mundo comum. Observamos a eliminação da liberdade política através da homogeneização do comportamento humano que passa a substituir as pluralidades por condutas únicas, levando a um apagamento das distintas formas de ver e descrever o mundo. Arendt denomina esse processo de desmundanização, própria de um movimento de alienação do mundo e da eliminação dos espaços públicos. Para tanto, baseamo-nos nas obras de Arendt (2012; 2018a; 2018b; 2020), bem como nas interpretações de Duarte (2000), Alves Neto (2009) e de Tassin (2013). Iremos, nesse sentido, interpretar e refletir sobre o colapso do mundo enquanto um evento capaz de engendrar um sentimento de despertencimento e expulsão do mundo enquanto extingue a própria singularidade do ser humano.

**Palavras-chave:** Mundo comum. Ação. Pluralidade. Liberdade. Hannah Arendt.

**Abstract:** This study presents a reflection based on the thoughts of Hannah Arendt on freedom in its political sense, in order to understand the modern existence of humanity in a common world. We observe the elimination of political freedom through the homogenization of human behavior that replaces pluralities with unique behaviors, leading to an erasure of different ways of seeing and describing the world. Arendt calls this process deworldization, typical of a movement of world alienation and the elimination of public spaces. To do so, we based ourselves on the works of Arendt (2012; 2018a; 2018b; 2020), as well as on the interpretations of Duarte (2000), Alves Neto (2009) and Tassin (2013). We will, in this sense, interpret and reflect on the collapse of the world as an event capable of engendering a feeling of lack of belonging and expulsion from the world while extinguishing the very uniqueness of the human being.

**Keywords:** Common world. Action. Plurality. Freedom. Hannah Arendt.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. E-mail: barreto.dias@uece.br.

<sup>2</sup> Mestranda em Filosofia Social e Política pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: goisdebora@gmail.com.

## O desaparecer do mundo comum

“O mundo está entre as pessoas”

Hannah Arendt

Para Arendt, o mundo difere do conceito de terra ou natureza. A autora cita que a Terra é a única capaz de proporcionar aos seres humanos um habitat sem esforços ou artifícios para respirar e se mover, sendo, por isso, considerada como a quintessência da condição humana (Arendt, 2020, p. 2). Para a filósofa, o mundo<sup>3</sup>, no qual transcorre a *vita activa*, adquire dois aspectos: um está ligado à obra, e outra, à ação. O mundo que a obra proporciona ergue o espaço artificial entre o homem e a natureza, torna-se abrigo, proporcionando um mundo “artificial” de coisas (cf. 2020, p. 9) onde os seres humanos compartilham o aparecer e as intervenções na natureza, criando e recriando, extraindo a criatividade subjetiva através da produção ou fabricação de algo. O mundo ligado à ação, assume sua existência real a partir da teia de atos e palavras que o constitui, pois o mundo não existe no singular, mas no plural. Por este fato, o mundo não são apenas as coisas, mas diz respeito às relações, é o que “está entre” e não constitui-se de homogeneização, por esta razão, ele só é existente na convivência humana. A ação, para Arendt (cf. 2020, p. 9), é a única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria.

Compreendemos que é necessário um relacionamento entre os seres humanos para que surjam interesses que venham a ser compartilhados e, com isso, seja possível a formação de um mundo comum. Essa relação se dá inclusive entre os seres humanos e a natureza que ocorre através das intervenções humanas. Por isso, além de construir um mundo comum, deve-se mantê-lo e cuidar dele, conferindo-lhe a durabilidade e a estabilidade necessárias para se tornar o “lar não-mortal de seres mortais” (Alves Neto, 2009,

---

<sup>3</sup> Destacamos que o mundo aqui tratado não existe por si só, mas pela sua construção e preservação coletivas, como produto da obra humana e como espaço da ação política.

p. 77). Portanto, a pluralidade humana necessita manter-se articulada com a preservação de uma imortalidade do mundo. Arendt afirma que até mesmo nossa experiência de mundo, que por nós é vivenciada de forma material e sensorialmente, depende de nosso contato com os outros homens (Duarte, 2000, p. 58). Na ação de aparecer no espaço público e agir com os demais seres humanos, é criado um senso comum, que pressupõe um mundo comum, uma percepção e compreensão conjunta da realidade, mesmo considerando os diversos pontos de vista.

A preservação da existência de um mundo comum faz garantir, inclusive a realidade, pois somente quando algo pode ser visto sob diversos aspectos, cria-se uma identidade real de certa coisa, pois todos a veem. Apesar da diversidade de ângulos, o mundo é capaz de se tornar real e fidedigno, pois não interessa que todos tenham a mesma percepção, o que seria impossível diante da pluralidade de mundos e ocupações, o que garante essa existência é a aparição junto à pluralidade humana. Duarte (2000) afirma que:

Para Arendt não se pode inventar nenhuma medida ou “denominador comum” para a aferição da realidade, pois, “embora o mundo comum seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele lugares diferentes” [...] Donde a sua conclusão de que “o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva” (Duarte, 2000, p. 60).

Para compreendermos e experienciamos um mundo comum, é imprescindível que a liberdade, por meio da ação política e da vivência com os demais seres humanos, apareça no compartilhamento dos diversos mundos e seus aspectos, assim como os pontos de vistas possam ser postos no mundo em um local propício para estas manifestações de relações livres e plurais. Pensando nesse sentido de existência de ambientes de ação e de discurso, podemos verificar, sob nossos olhos, uma alienação do mundo inclusive no que diz respeito ao desaparecimento de espaços públicos, da perda da tradição, das significações entre passado, presente e futuro, uma ausência de sentido, impedindo uma reconciliação entre os seres humanos e o mundo, gerando esse desacreditar no significado da construção e manutenção do mundo comum.

Para Arendt, como enfatiza Alves Neto (2009, p. 39), estas são características marcantes do século XX: esse sentimento coletivo de apartamento da realidade é extremamente grave, pois daí desfaz-se o mundo, pois este só existe por meio da existência compartilhada entre seres humanos plurais e por suas distinções.

A política, na reflexão arendtiana, se vincula a uma determinada noção de responsabilidade com o mundo e sua manutenção. A continuidade do mundo comum, assim como do que compreendemos por humanidade e a manutenção das demais formas de vida do planeta terra, recaem sob a responsabilidade dos seres humanos que estão em ação no momento, garantindo, inclusive, a possibilidade de novos começos, a renovação de mundos e a continuidade deles, acolhendo, portanto, os recém chegados, afirmando com isso a responsabilidade pelo mundo que acolheu e pela memória coletiva de uma civilização.

O ato de construir um mundo comum está vinculado ao da garantia de espaços públicos e da dignidade humana para exercer sua liberdade de ação e de fala. Para Arendt, o ato de iniciar advém da ação e da liberdade política, logo, sua ausência é a destruição da criação de um mundo comum, pois o distanciamento, a perda da ação, uma atividade propriamente política, é um elemento determinante na constituição de um mundo comum. Assim, para Arendt (2012):

O respeito à dignidade humana implica o reconhecimento de todos os homens ou de todas as nações como entidades, como construtores de mundos ou coautores de um mundo comum. Nenhuma ideologia que vise à explicação de todos os eventos históricos do passado e o planejamento de todos os eventos futuros pode suportar a imprevisibilidade que advém do fato de que os homens são criativos, de que podem produzir algo novo que ninguém jamais previu (Arendt, 2012, p. 608).

Torna-se necessário que seja reconhecido, assim como resgatada, a dignidade humana que perpassa o reconhecimento e validação de todos os seres humanos em suas singularidades e pluralidades, olhando a diversidade da humanidade como sujeitos singulares construtores de mundos e coautores de um mundo comum. Arendt (2012, p. 608) cita que:

Nenhuma ideologia que vise à explicação de todos os eventos históricos do passado e o planejamento de todos os eventos futuros pode suportar a imprevisibilidade que advém do fato de que os homens são criativos, de que podem produzir algo de que podem produzir algo novo que ninguém jamais previu (Arendt, 2012, p. 608).

Por este motivo, o totalitarismo busca minar a razão de ser da subjetividade característica do processo da formação e manutenção de um mundo comum. Pois destruindo-a desmanchando toda a individualidade, logo, a espontaneidade, visto que, a intenção é de impedir que algo novo, advindos de recursos próprios de cada ser humano apareçam, torna-se necessário para o regime antipolítico que caracteriza-se o totalitarismo funcione de fato.

O mundo, como espaço artificial, só aparece quando se relaciona diretamente com os seres humanos, quando é visto como um espaço interposto entre os seres humanos, quando gera elo entre eles e instaura um sentido conjunto. Em nossa compreensão, torna-se inviável pensar o ser humano sem pensar o mundo do qual ele ocupa um espaço e dele faz parte. O mundo humano, como cita Alves Neto (2009, p. 77):

Serve de abrigo estável e assunto comum de homens plurais. É nesse sentido que o homem é o único ser que carece de mundo para viver, ou seja, o único cujo modo de ser se define a partir da experiência de “ser do mundo”. Está em jogo na vida ativa, ou quando o homem está ativo, a capacidade humana de construir, manter e cuidar de um mundo, conferindo-lhe a durabilidade e a estabilidade necessárias para se tornar o “lar não mortal de seres mortais” (Alves Neto, 2009, p. 77).

Somos interpelados pela beleza e riqueza do pensamento de Arendt no que refere-se ao compartilhamento da experiência de mundo também como uma forma de validá-lo. O olhar e reconhecimento do outro ser humano no sentido de ampliar a visão sob determinado ponto de vista exclui o enclausuramento de uma visão e sensação particular, que pode vir a ser, inclusive, uma visão ou percepção falsa. Duarte (2000, p. 58) fala que a perda da mediação entre o eu e os outros é também condição da confiança em nossa própria percepção. Correia (2006, p. 229) destaca um aspecto fundamental no reconhecimento do mundo como lugar habitável, sublinhando que, antes de

tudo, para que o estabelecimento de uma boa convivência, logo, uma relação íntegra com o mundo assim com os demais seres humanos, nossos pares, possa coexistir torna-se imprescindível que assumamos o amor ou gratidão, juntamente com a responsabilidade por essa relação, concluindo que sem isto, o mundo converte-se em deserto.

{...} é uma alegre disposição para com o ser/estar com os outros que se pode vislumbrar possibilidades menos sombrias para os nossos tempos (...) o amor faz com que a vontade diga sim ao mundo e aos homens (...) dizer: quero que sejas (...) Amor ao mundo e aos homens. Desejando, querendo que eles persistam (Correia, 2006. p. 229).

Nesse sentido, não é possível cuidar do mundo sem cuidar da terra e dos seres humanos. Buscar reconstituir os laços que ligam os seres humanos ao mundo, como forma de desalienação diante do contexto de uma consolidação do social <sup>4</sup> no mundo moderno, o qual ocupa uma preocupação central diante da falência do nosso pensamento crítico, o qual, para Arendt, era visto como uma atividade moral (Farias Júnior, 2021, p. 1). Essa falência da qual citamos diz respeito à crise da modernidade de valores, ideias e que traz consigo o perigo da solidão organizada como princípio que pode destruir toda forma de vida humana comum (Araújo, 2006, p. 286).

Arendt cita dois conceitos que surgem como instrumentos de destruição do mundo comum utilizados por governos com características totalitárias que tornam-se importantes para o nosso contexto de análise e compreensão e que também fazem parte da construção da formação de um mundo comum: o isolamento e a solidão, ambos caracterizados pela perda e ausência de liberdade. Arendt (2012, p. 633) destaca que o que chamamos de

---

<sup>4</sup> Não aprofundaremos quanto a análise desse conceito, mas julgamos relevante citar um pequeno trecho do que sobre o social para Arendt (2020, p. 317): “O pertencimento a uma classe social substituiu a proteção que antes era oferecida pelo pertencimento a uma família [...] Porque a sociedade passa a substituir a família, supõe-se que “o sangue e o solo” devam governar as relações entre seus membros; a homogeneidade da população e seu arraigamento no solo de um dado território passam a ser os requisitos do Estado - nação em toda parte [...] A ascensão da sociedade trouxe consigo o declínio simultâneo dos domínios público e privado. Mas o eclipse de um mundo público comum, tão crucial para a formação do homem de massa desamparado e tão perigoso na formação da mentalidade sem-mundo dos modernos movimentos ideológicos de massa, começou com a perda, muito mais tangível, da posse privada de uma parte do mundo”.

isolamento na esfera política é chamado de solidão na esfera dos contatos sociais. O isolamento caracteriza-se pela impotência gerada pelo distanciamento entre os seres humanos e toda e qualquer possibilidade de interação ou criação privada não regulada (Duarte, 2000, p. 56), recolhendo o indivíduo ao mero espaço privado, limitando-o a sua incapacidade para agir politicamente. O isolamento traduz a incapacidade e a ausência na esfera política. A solidão ou desolação, advinda originalmente da necessidade de esvaziar o poder da pluralidade humana, destrói o espaço da vida privada, assim como a capacidade para a experiência do pensar e agir (cf. 2000, p. 56), além de oportunizar a experiência do não pertencimento ao mundo, o não reconhecimento de si no mundo, o que entra em contraste com a noção arendtiana de pertencimento, da característica de que os seres humanos são do mundo. Arendt (2012, p. 634) aponta que não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma.

A solidão, no sentido que apontamos aqui, assume um caráter distinto ao de estar só. Como é esclarecido pela filósofa, quando estou só, estou “comigo mesmo”, em companhia do meu próprio eu, e sou, portanto, dois em um; enquanto, na solidão, sou realmente apenas um, abandonado por todos os outros (Arendt, 2012, p. 636):

A situação da desolação instaura-se exatamente quando se perde o recurso ao diálogo interno, quando o si mesmo não mais se desdobra em seu outro, truncando-se assim o diálogo interno do pensamento [...] a “perda do próprio eu”, isto é, a perda da “confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos”, faz-se acompanhar da perda daquela “confiança elementar no mundo que é necessária para que possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de ter experiências, perde-se ao mesmo tempo” (Duarte, 2000, p. 57).

Enquanto o isolamento refere-se apenas ao sentido político da vida, a solidão se refere à vida humana enquanto todo (Arendt, 2012, p. 634). Diante desse contexto do esfacelamento não só da vida pública, mas da vida privada, onde o pensamento que outrora viabilizou um lugar possível o mundo, porque

havia em seu exercício, construído uma rede de sentidos, agora verifica-se seres humanos desconexos consigo e com o mundo no qual habitam.

A solidão, que é compreendida aqui como um fenômeno de massa do século XX, não é a solidão que somos direcionados a pensar, do sentimento do estar só, mas aparece como um sintoma do colapso do mundo, que vem na existência de um sentimento de exclusão e despertencimento, pois não encontra-se mais nada comum. A solidão organizada dissipa as condições possíveis de percepção e compreensão do mundo comum, logo, a experiência é substituída pelo motor da lógica ideológica que mantém a massa homogênea.

Arendt (2012, p. 608) cita que:

torna-se necessário ao totalitarismo destruir todos os vestígios do que comumente chamamos de dignidade humana. Pois o respeito à dignidade humana implica o reconhecimento de todos os homens ou de todas as nações como entidades, como construtores de um mundo ou coautores de um mundo comum. Nenhuma ideologia que vise à explicação de todos os eventos históricos do passado e o planejamento de todos os eventos futuros pode suportar a imprevisibilidade que advém do fato que os homens são criativos, de que podem produzir algo novo que ninguém jamais previu (Arendt, 2012, p. 608).

O mundo da aparência e as experiências que ali se formam é um movimento de vínculo e poder que os seres humanos estabelecem quando estão reunidos pela ação. O mundo e sua construção carrega em si a imprevisibilidade e a espontaneidade das pluralidades que, ali juntas, alinham-se ou distinguem-se uns dos outros, formando a teia de relações mais férteis e poderosas de uma comunidade.

Para Hannah Arendt, a pluralidade humana é a condição da política, visto que traz consigo as iniciativas da ação e do discurso, fazendo de cada ser humano que “aparece” ao outro ser humano, um ser do mundo, passando de fato a existir. A oportunidade da ação por meio da liberdade e singularidade do ser humano proporciona um movimento de início de algo único, novo e inédito, possibilitando e promovendo eventos históricos e imprevisíveis, rompendo com o previsto e o imaginável.

A natalidade, o nascimento dos recém chegados, traz esperança. Em tempos que o pensar e agir encontram-se esquecidos e “atropelados” por uma dinâmica de sociedade típica de ausências de experiências e de vínculos, a possibilidade da existência de novas estórias escritas de forma a desvelar o que já não pode mais seguir o fluxo, assim como a chance da pluralidade circular no mundo construindo e mantendo um mundo comum, renova a esperança da confirmação da igualdade e da diferença da humanidade. Torna-se necessário, no mundo moderno, desconstruir a naturalidade pela qual fomos postos a aceitar o consumo dos bens naturais de forma completamente desenfreada, desarticulado por completo da manutenção da vida na terra. Não esquecendo do consumo da subjetividade humana, no sentido de despertencimento da individualidade do ser, em seu sentido mais único, específico, que não se repete, pois outro ser humano jamais nasce com as mesmas particularidades, para não dizer, contudo, na supressão, no furto da individualidade e subjetividade humana como meio de manter a coesão e homogeneidade de comportamento, assim como da previsibilidade.

Entendemos que a realidade do mundo depende intrinsecamente que ele venha a aparecer e fazer parte do cotidiano da pluralidade humana. A permanência, manifestação e confirmação de um mundo comum, interliga-se com a presença ativa da pluralidade humana como edificadora do mundo que gera o “sentimento de realidade” e o senso comum entre os pertencentes de uma comunidade. Arendt (1993, p.48) pressupõe um mundo comum no qual todos cabemos e onde podemos viver juntos, por possuímos um sentido que controla e ajusta todos os dados sensoriais estritamente particulares àqueles de todos os outros.

A sociedade do consumo representa, portanto, um desaparecer do mundo comum e o colapso do senso comum. A ausência do âmbito da esfera pública impede, ao indivíduo, o reconhecimento da sua própria futilidade, pois não consegue dar conta do aprisionamento às novas necessidades que vão constantemente sendo aglutinadas umas às outras. Para Arendt (2016, p. 166) toda nossa economia já se tornou uma economia do desperdício, na qual todas

as coisas devem ser devoradas e descartadas quase tão rapidamente quanto apareceram no mundo.

Ora, se não mais somos capazes de articular um pensamento sobre um bem comum, pois dentre diversos elementos, constituímos uma comunidade imersa no ciclo necessidade - produção - trabalho - consumo, Arendt vem afirmar que a sociedade de massas, de trabalhadores, do *animal laborans*, pela sua atividade, não se torna apta a construir um mundo nem a cuidar do mundo criado pelo *homo faber* (Correia, 2014, p. 61). Deste modo, de forma resumida, a diferença entre o trabalho e a fabricação é correspondente àquela entre o uso e o consumo (cf. 2014, p. 54): percebemos que o trabalho foi promovido ao valor maior da vida do ser humano e o triunfo da necessidade afirmou a sociedade de empregados, onde a condição de sujeição à necessidade é constantemente manifesta e reafirmada, esta sociedade de consumidores desconhece a sua sujeição à necessidade, não podendo, assim, ser livre (cf. 2014, p. 65). Por esta razão, Arendt compreende que, na antiguidade e no advento moderno da sociedade, o trabalho e sua emancipação não foram politicamente relevantes para a própria emancipação política. Para a filósofa, a sociedade de trabalhadores, a qual se caracterizou por uma sociedade de empregados, requer, inevitavelmente, de todos os membros que a compõem, um funcionamento puramente automático.

Como se a vida individual realmente houvesse sido submersa no processo vital global da espécie e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer a um tipo funcional, entorpecido e “tranquilizado” de comportamento (Arendt, 2020, p. 400).

Nossa compreensão é de uma falsa independência e liberdade que o mundo capitalista<sup>5</sup> sugere como verdade para os seres humanos. A de que o trabalho garante a dignidade de ser e estar no mundo. No entanto, consideramos o inverso: liberdade como direito a ação e aparecimento no espaço público. Onde cada ser humano na sua singularidade está, portanto, caracteriza a pluralidade individual, dar testemunho da excelência e singularidade que existe no outro. Esse reconhecimento, inicia-se inclusive, no reconhecimento individual da própria pluralidade que tem início na consciência. A partir desse exercício político e do pensar, é viabilizado caminhos e potenciais de formação e manutenção de um mundo comum.

Arendt observa que trabalho e consumo são dois estágios do mesmo processo (cf. 2020, p. 156). Conseguiu-se, portanto, reduzir as atividades humanas ao propósito e a função de assegurar e garantir as coisas necessárias à vida e a produção em abundância, mesmo que estas não sejam repassadas, asseguradas a quem produz. Em consequência, podemos observar que a sociedade do consumo representa um desaparecer do mundo comum e o colapso do senso comum. A ausência do âmbito da esfera pública impede, ao indivíduo, o reconhecimento da sua própria futilidade. Os seres humanos, neste contexto, são caracterizados por sua ausência de senso comum, tornando-se pessoas neutras e indiferentes politicamente.

A sociedade de trabalhadores modernos tornou-se, para Arendt, uma sociedade de empregados, um funcionamento de uma engrenagem de seres humanos que tornaram passivos quanto à sua própria história, estéril nas ações e seres entorpecentes, pois são tranquilizados no comportamento. A vida adquiriu um caráter estritamente individual, automático e submerso em seu processo vital global da espécie. A filósofa cita sobre o que parece ser a única decisão ativa exigida do indivíduo: a de deixar-se levar, por assim dizer,

---

<sup>5</sup> Compreendemos que a sociedade capitalista tem como um dos seus objetivos manter o ser humano apartado do mundo e da natureza para que o movimento e processo de trabalho, assim como a produção e consumo não venham a ser afetados, assim como a manutenção desse modo de reprodução e perpetuação de sociedade não pereça. Arendt (2012, p. 528) cita que o capitalismo começou com a expropriação. Essa é a lei que determinou o desenvolvimento dele.[...] Todo processo moderno de produção é, na verdade, um processo de gradual expropriação.

abandonar sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente (cf, 2020. p. 400). Como cita Aguiar, a crítica de Arendt foi à dimensão da padronização do trabalho e do social para a viabilização das preocupações humanas, tornando-se uma lógica de movimento.

A lógica da necessidade é a coerção, a força e a violência. A lógica da política no sentido arendtiano, é a grandeza, a liberdade, a fundação de espaços de aparição e de associação entre os cidadãos, capaz de dotá-los de poder e de cidadania. É a recuperação desse universo, cada vez mais em diluição, que Arendt dedica todos os seus esforços intelectuais. Sem a fundação desse mundo comum, podemos ter a solução de todos os problemas de escassez, mas paga com o preço da liberdade e da solidariedade política (Aguiar, 2012, p. 48).

Refletimos aqui o quão é desastrosa uma atomização da sociedade, onde o interesse comum é desarticulado, assim como a destruição do mundo e do senso comum, diluindo a percepção da realidade e sua compreensão ampliada, resultando em um grupo de indivíduos completamente individualizados e isolados em função de seus próprios interesses. Observamos seres humanos apartados das relações humanas, diminuindo a oportunidade de pensar, querer e julgar, faculdades que Arendt nomeou de faculdades do espírito (CORREIA, 2006, p. 94). A intermediação própria à pluralidade humana, que ao ser desfeita, trazem consigo um sentido de perda da nossa própria percepção de mundo.

A ação direta no mundo, consolidando a cada relação estabelecida com outros seres humanos e com a natureza, afirma e desenvolve a criação de um mundo comum assim como da intersubjetividade dos sujeitos, ampliando a possibilidade de criação e permanência de compreensão e percepção da realidade. O ser político desenvolve-se entre a natureza e o mundo (Winckler, 2006, p. 94).

**A liberdade e a preservação do mundo comum**

“A cada novo nascimento um novo mundo passa  
potencialmente a existir”

Hannah Arendt

Para Arendt, o sentido da política é a liberdade (Arendt, 2018, p. 31). Para a filósofa, o sentido da política excede toda e qualquer individualidade e perpassa pelos aparecimentos e pluralidades, construído através das aparições, doxas e seus diversos mundos, formando assim o mundo comum. Para Arendt (2020, p. 62) a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos.

O mundo assume, portanto, um caráter de interligação entre os seres humanos, considerando como sendo o espaço da ação, vivenciado na esfera pública onde os interesses existentes entre os sujeitos que aparecem, relacionam-se e interligam-se, tornando-se, assim, vinculados a um mundo comum. Compreendemos com Arendt, deste modo, que este mundo de liberdade, ação, aparição e formação de um mundo comum não se constitui em algo dado ao homem, ele precisa ser construído, preservado e garantido por meio de artifícios e cuidados humanos (Alves Neto, 2009, p. 38).

A compreensão do sentido de igualdade no pensamento de Arendt vem contextualizar o sentido político da liberdade. A atual concepção de igualdade, segundo Aguiar (2012, p. 50):

baseia-se na necessidade e não na liberdade, nivelando por baixo e reduzindo-a a uma igualdade de caráter natural e abstrata, sem sustentação em canais possibilitadores e protetores da comunicação humana, tais como a cultura, memória, a educação, a organização política, o direito etc. Vale dizer, a igualdade humana supõe o mundo artificial da política (Aguiar, 2012, p. 50).

Dito isso, a formação e manutenção de um mundo comum depende e está integralmente vinculada à ação livre dos seres humanos. Arendt ressalta que a liberdade estará sempre ligada ao desenvolvimento de processos de novas perspectivas e pontos de vista. Arendt (1993, p. 121) aponta que a liberdade

de escolha entre coisas dadas de antemão não pode jamais ser confundida com a liberdade efetivamente humana, a liberdade política, já que esta encontra-se vinculada ao iniciar, o qual exige espontaneidade e o envolvimento da pluralidade humana. Aguiar destaca que:

O critério para medir a ação é a grandeza, a capacidade de potencializar, de descondicionar e de imortalizar a vida num mundo comum. Sem mundo comum, a ação não é fruto da liberdade e é enredada nas malhas da violência e dos constrangimentos mudos da vida em sua nudez. Sem mundo comum, a liberdade transforma-se em livre-arbítrio, assunto da vontade e da intimidade, coisa da soberania e sua tendência a dominar os outros. Sem o mundo comum, a vida vagueia desprotegida nos desertos das sociabilidades laborantes (Aguiar, 2012, p.49).

Enquanto o ser humano puder agir, é possível efetivar o improvável e o imprevisível, Arendt (1993, p. 122) afirma que os seres humanos assim o fazem continuamente, quer saibam disso, quer não. A liberdade como realidade política é realizada junto a um espaço que permita o movimento entre homens e uma ação plural (cf. 2012, p. 631), essa capacidade interior de começar, de iniciar algo novo, por isso a compreendemos como uma liberdade política viva, pois o espaço entre os seres humanos e a pluralidade que os une e os distingue, é o movimento que carrega em si a promessa do começo, do iniciar e da novidade, não só do nascimento, mas de toda ação coletiva.

Acreditamos, portanto, que a liberdade de externar e ouvir opiniões distintas compreende um elemento indispensável da liberdade política, assim como o agir e o falar, esta última que também se transforma em ação. Logo, entendemos que este movimento, este potencial de poder na liberdade em conjunto, não é possível no isolamento, sem a presença de outros seres humanos, sem a teia de relações que somente é formada pelas pluralidades que ali experienciam um movimento de aparecer e construção de algo novo, de mudança e de início.

Nesse contexto, Arendt cita que à política não cabe pensar para um único ser humano, em uma individualidade, mas, sim, para uma responsabilidade com o mundo, cuidado com o mundo humano, e com as pluralidades que nele habitam.

Consideramos que a política é conectada com toda a complexidade da existência humana, desde aos assuntos relacionados à finitude humana assim como a complexidade da existência humana que se faz existir por meio da liberdade, que perpassa a história por meio do nascimento e da memória. Arendt (2020, p. 220) afirma que:

Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio princípio do começar, e isso, naturalmente, é apenas outra maneira de dizer que o princípio da liberdade foi criado quando o homem foi criado, mas não antes. É da natureza do início que se comece algo novo, algo que não se poderia esperar de coisa alguma que tenha ocorrido antes (Arendt, 2020, p. 220).

Nesta reflexão que fazemos, nos questionamos: como pensar em um mundo de ação e de liberdade, se não conseguirmos visualizar, falar, pensar ou perceber um mundo comum? Na verdade, Arendt não apontou respostas ou soluções, assim como neste artigo não pretendemos fazê-lo, mas a sugestão de refletir as relações dos seres humanos, trazendo o olhar preocupado sobre a superficialidade assim como do colapso da moralidade, trazendo a necessidade de repensar sobre os valores e virtudes que regem as ações humanas, sugerindo uma demanda do pensar transparente no modo de comunicar-se e relacionar-se consigo mesmo e com o mundo.

Acreditamos que a liberdade de externar e ouvir opiniões distintas compreende um elemento indispensável da liberdade política, assim como o agir e o falar, esta última que também se transforma em ação. Logo, entendemos que este movimento, o potencial de poder na liberdade em conjunto, não é possível no isolamento, sem a presença de outros seres humanos, sem a teia de relações que somente é formada pelas pluralidades que ali experienciam um movimento de aparecer e construção de algo novo, de mudança e de início.

Nesse contexto, Arendt cita que à política não cabe pensar para um único ser humano, em uma individualidade, mas sim, para uma responsabilidade com o mundo, cuidado com o mundo humano, e com as pluralidades que nele habitam.

Consideramos que a política é conectada com toda a complexidade da existência humana, desde aos assuntos relacionados à finitude humana assim como a complexidade da existência humana que se faz existir por meio da liberdade, perpassando a história por meio do nascimento e da memória. Arendt (2020, p. 220) afirma que:

Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio princípio do começar, e isso, naturalmente, é apenas outra maneira de dizer que o princípio da liberdade foi criado quando o homem foi criado, mas não antes. É da natureza do início que se começa algo novo, algo que não se poderia esperar de coisa alguma que tenha ocorrido antes (Arendt, 2020, p. 220).

Portanto, o milagre do começar pela natalidade humana é uma esperança, visto que continuamente novas pessoas chegam ao mundo, sendo estas únicas, capazes de iniciar algo completamente novo, reinventando, quebrando, desviando, podendo através da sua ação, agir no contra-fluxo de ações anteriores. Neste entrelace do nascimento, do início, da aparição, ação das pluralidades, das *doxai* partindo das distintas visões de mundo, e da união de seres humanos, potencializa-se o aparecimento do poder que é gerado pela reunião, pelas comunidades políticas, mas que é extinto se as relações deixam de existir. O poder só é confirmado mediante o seu potencial sempre latente, vivo, ele não é e nem pode ser mensurável e se torna invisível, deixando de haver no momento em que os seres humanos que o faziam existir se dispersam e desfazem a teia de relações. Para Arendt (2020, p. 249):

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes [...] o que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo de hoje chamamos de “organização”) e o que elas, ao mesmo tempo, mantém vivo ao permanecerem unidas é o poder. Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa convivência é privado do poder e se torna impotente [...] (Arendt, 2020, p. 249).

De modo similar, outro aspecto importante é a mudança de olhar para para o mundo e a natureza, abandonando o olhar de manipulação e a busca de

utilidades no que se refere à matéria de consumo e fabricação que a natureza e o mundo tem a oferecer. Na verdade, a urgência de buscar e reconhecer o que existe ou o que ainda resta de comum entre os seres humanos, na busca de dar continuidade a vida humana na terra, assim como pensar o mundo que recebe os que ainda estão por vir, os recém-chegados, é uma inquietação de nossa pesquisa. Entendemos que se faz necessário compreender e vivenciar o que está em jogo, nossa história, o que se constrói e o que existe assim como o que existirá. Nossa ação é um refazer contínuo. O ser humano é um vir a ser contínuo. Não é aceitável que seres humanos sejam cada vez mais expostos a desumanização, que vivam toda a sua existência presos à vida biológica e às necessidades impostas pelo mundo moderno, que busca, a todo custo, desvinculá-lo do comum, comprometendo o desdobramento do pensar e o exercício da liberdade política.

Arendt cita a virtude da coragem (cf. 2020, p. 43) como uma das atitudes políticas mais elementares, já que vai de encontro com a esfera pública do aparecimento, logo do olhar ampliado sobre os assuntos que transcendem os interesses pessoais e que resumem-se à esfera privada. O ato de mostrar-se e arriscar-se no âmbito das diferenças e olhares múltiplos, significa uma disposição política e de distanciamento da existência privada. Nesse sentido, consideramos que a liberdade política exige coragem a partir do momento em que se compreende que agir politicamente pressupõe uma preocupação que ultrapassa a preocupação do ser individual, e sim, uma preocupação com o mundo (Arendt, 2021, p. 506). Além disso, a liberdade política consiste também na coragem de desvincular o olhar das necessidades individuais junto ao caminho da diversidade de posições e de pontos de vista encontrados no momento em que é estabelecida a relação e a formação de um corpo político por determinado grupo.

## Considerações finais

Nossa autora, ao falar sobre a metáfora do pensar sem corrimão (cf, 2021, p. 529), comenta:

Em alemão, "Denken ohne Geländer". Ou seja, à medida que você sobe e desce degraus, sempre pode segurar no corrimão para não cair. Mas nós perdemos esse corrimão. É assim que digo a mim mesma. E é isso, de fato que tento fazer [...] Sempre achei que precisamos começar a pensar como se ninguém houvesse pensado antes, e depois começar a aprender com os outros (Arendt, 2021, p. 529).

Vislumbramos nos escritos de Arendt o quão é relevante que os seres humanos tenham o espaço político, o domínio público garantido para a aparição e manutenção de relações para que de fato haja a liberdade política. Logo, o reconhecimento da não soberania de um saber, ou de uma figura humana no singular, aponta para a existência de pessoas livres que garantam o espaço em que a ação possa aparecer, ser vista e ser realizada. Arendt (2021, p. 277) indica que:

Nas relações humanas, então, regidas pelo fato de que existem apenas *homens*, e não *homem*, apenas muitas pessoas, e não uma única pessoa, a liberdade e a soberania são tão pouco idênticas que nem mesmo podem existir simultaneamente. Onde os homens, sejam como indivíduos, seja como grupos organizados, pretendem ser soberanos eles precisam abolir a liberdade. Mas se desejam ser livres, é precisamente à soberania que precisam renunciar (Arendt, 2021, p. 276).

Nesta perspectiva, complementando os conceitos aqui discutidos, podemos acrescentar o que Arendt aponta para a faculdade do juízo<sup>6</sup> de Kant como sendo, na verdade, uma filosofia política, a filósofa (cf. 2021, p. 278) destaca que:

A liberdade aparece na *Crítica do Juízo* como um predicado da imaginação à "mentalidade alargada", que é o modo político de pensar por *excellence*, porque através dela temos a possibilidade de "pensar a posição de todos os demais [...] Mesmo a liberdade de pensamento, como diz Kant, a "conversa (interior) consigo mesmo" depende, se ela emerge

---

<sup>6</sup> Conceito que não será abordado e (ou) aprofundado neste artigo.

de pensamentos, da presença de outros e, portanto, da oportunidade de “expor nossos pensamentos em público para ver se estão de acordo com o entendimento dos outros” (Arendt, 2021, p. 278).

Podemos ver, portanto, que a virtude do cidadão político, livre e estadista é a disponibilidade e abertura para considerar o ponto de vista do outro a partir do momento em que torna-se possível colocar-se no lugar em que este outro ocupa no mundo. Fica claro que Arendt pensa de forma interligada a liberdade e a política, apontando que ambas coincidem e só se tornam viáveis de existência se coexistir junto ao mundo público e comum. Logo, o totalitarismo e formas de governo que buscam originalmente expropriar a pluralidade de cada ser humano para que todos pareçam o máximo possível uns com os outros, assim como seus atos sejam previsíveis e orientáveis, atuam na destruição dos espaços de liberdade, o espaço público e o espaço privado.

Compreendemos, a partir de nossa análise sobre liberdade, poder, formação e manutenção de um mundo comum, que a estabilidade do mundo, assim como da natureza e toda sua complexidade de elementos, de vida existente, é fundamental para que seja viável todas essas experiências e relações.

### **Referências bibliográficas**

Arendt, Hannah. Pensar sem corrimão: compreender 1953 - 1975 / Hannah Arendt; organização e apresentação Jerome Khon; tradução Beatriz Andreiuolo - - [ et. al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

Arendt, Hannah. A condição humana / Hannah Arendt; tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. - 13. ed. rev. - [Reimp.] - Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2020.

Arendt, Hannah. O que é política? [ recurso eletrônico ] / Hannah Arendt; organização Ursula Lualz; tradução Reinaldo Guarany; Kurt Sontheimer. - 12º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2018.

Arendt, Hannah. Entre o passado e futuro / Hannah Arendt; [tradução Mauro W. Barbosa]. São Paulo Perspectiva, 2016 – (Debates ; 64 / dirigida por J. Guinsburg).

Arendt, Hannah. Origens do totalitarismo. Hannah Arendt; Tradução Roberto Raposo. - 1º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Arendt, Hannah. A dignidade da política: ensaios e conferências / Hannah Arendt; organizador Antônio Abranches; tradução Helena Martins e outros, - Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1993.

Alves Neto, Rodrigo. Mundo e alienação na obra de Hannah Arendt. Rodrigo Ribeiro Alves Neto. Filosofia Unisinos 9(3): 243 - 257, set / dez 2008.

Alves Neto, Rodrigo. Alienação do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt. Rodrigo Ribeiro Alves Neto. - Rio de Janeiro: PUC - Rio, São Paulo: Ed. Loyola, 2009, 201 p.

Araújo, Lilian Campos. A faculdade do pensar e o espectador arendtiano: desdobramentos de A Condição Humana. In: Adriano Correia (Org). Hannah Arendt e a condição humana. - Salvador: Quarteto, 2006. 370 p.

Aguiar, Odílio Alves. Necessidade e liberdade em Hannah Arendt. Princípios Revista de Filosofia. Natal (RN), v. 19, n. 32 - Julho / Dezembro, 2012, p. 35 - 54.

Correia, Adriano. Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira / Adriano Correia. - 1.ed. - Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2014.

Correia, Adriano. Hannah Arendt e a condição humana / Adriano Correia (Org). - Salvador: Quarteto, 2006. 370 p.

Duarte, André. O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt / André Duarte. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Farias Júnior, João Batista. A responsabilidade política pelo mundo comum: diálogos com Hans Jonas e Hannah Arendt / João Batista Farias Júnior - Curitiba: CRV: 2021. 212 p.

Tassin, Eliene. Da dominação total à dominação global: perspectivas arendtianas sobre a mundialização de um ponto de vista cosmopolítico. Argumentos. Revista de Filosofia. Ano 5, n. 9. Fortaleza, jan/jun. 2013.

Winckler, Silvana. A mundanidade das atividades humanas. In: Adriano Correia (Org). Hannah Arendt e a condição humana. - Salvador: Quarteto, 2006. 370 p.